



Conselho de Gestão do Poder Judiciário inicia discussões do Projeto Cartório Remoto



Projeto foi apresentado aos membros do Conselho de Gestão



O Conselho de Gestão do Poder Judiciário, sob presidência do desembargador João Eduardo Souza Varella, iniciou as discussões a respeito do projeto "Cartório Remoto", que pretende aplicar a informatização em todos os trâmites de uma ação judicial, para a efetivação do processo eletrônico. O juiz João Alexandre Dobrowolski Neto, 6º Juiz Especial da Comarca da Capital e idealizador do projeto, explicou que a unidade jurisdicional poderá ser vista inteiramente no computador. O sistema fará o acompanhamento do processo através de índices, desde a dis-

tribuição até a chegada em gabinete, e trará informações sobre as audiências. O presidente do Conselho Gestor de Tecnologia da Informação (CGInfo), desembargador Vanderlei Romer, destacou que serão necessários investimentos em infraestrutura e treinamento e capacitação da versão SAJ-5. O objetivo do Cartório Remoto, bem como dos demais projetos em andamento no CGInfo, é facilitar e acelerar o andamento processual - para que a Justiça possa dar uma resposta mais rápida à população - e diminuir a carga em papel - para economia dos cofres públicos.

Saiba mais

O Judiciário catarinense investe em treinamento das versões do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ) há uma década, em todas as comarcas do Estado. Três projetos pilotos nesta área registram resultados positivos:

- Unidade de Execução Fiscal Municipal da Capital - com 40 mil execuções virtuais;
- Vara da Fazenda de Lages - com 2,4 mil execuções fiscais estaduais e 30 mil municipais;
- Juizado Especial Cível, instalado na Unidade Avançada do Cesusc - 400 processos automatizados.

Benefícios com o processo eletrônico



98% - redução do tempo desde o ajuizamento até a emissão do despacho inicial e expediente de citação



98% - Diminuição do espaço físico e mão de obra necessárias para operar o processo digital



70% - Potencial economia alcançada com a adoção do processo eletrônico

Juizado Criminal da Unidade Judicial Avançada acelera atendimento aos moradores do Norte da Ilha



JECrim funciona entre o Tisan e a faculdade Cesusc

Em três meses de atuação, o Juizado Especial Criminal (JECrim) da Unidade Judicial Avançada (UJA), localizado ao lado do terminal urbano de Santo Antônio de Lisboa, reduziu em 40% a entrada de processos criminais na Vara Única do Fórum do Norte da Ilha - para onde as ações eram antes encaminhadas. Desde o dia 26 de janeiro, recebeu 316

termos circunstanciados - provenientes diretamente das delegacias e da polícia rodoviária do Norte da Ilha - e realizou 300 audiências. No Norte da Ilha, o número de entrada processual reduziu de 623 para 390 no 1º trimestre deste ano, em quase 40%. Com a média de 100 audiências realizadas por mês, o titular da unidade, juiz Vilson Fontana, classificou a experiência como extremamente válida. A unidade procedeu as audiências em até 72h após o registro da Polícia Civil e colocou-se à disposição para atendimento jurídico específico ao turista em horário integral. "Algumas audiências foram realizadas, inclusive, em espanhol. Esse diferencial do juiz fez com que os turistas saíssem daqui mais satisfeitos", explicou a professora do CESUSC, Rosane Patussi Braga, coordenadora e escrivã designada da unidade.

Atenção!

O atendimento da Unidade Judicial Avançada do CESUSC - onde também funciona o Juizado Especial Cível, Posto de Atendimento e Conciliação (PAC) e Escritório Modelo - é restrito aos moradores do Norte da Ilha, aproximadamente 130 mil pessoas.



Primeira audiência criminal realizada em janeiro deste ano



Central de Cadastramento registra 4 mil acessos por dia ao TJ



Criada em novembro de 2003, a Central de Cadastramento do Tribunal de Justiça, localizada no térreo da Torre I, registra uma média diária de 4,1 mil acessos ao prédio. Com o objetivo de controlar o acesso das pessoas às dependências do TJ, o sistema funciona com

portas detectoras de metais. O porte de crachás de identificação é obrigatório, tanto aos visitantes quanto aos membros do Ministério Público, advogados e funcionários. Para estes, o crachá serve também como cartão-ponto. O acesso e a permanência no prédio é permitido das 7 às 19 horas, condicionado ao cadastro, no qual o visitante deverá apresentar documento de identidade. Cerca de 930 advogados possuem crachá permanente de acesso ao prédio. Em outubro de 2008, a Torre II também ganhou catracas. No entanto, somente funcionários e advogados com crachás permanentes podem ingressar ao prédio por lá. O funcionamento dessas catracas é das 11 às 19h30min.

Realizada 1ª prova do concurso para magistratura catarinense

No último domingo (3/05), a Comissão de Concurso do Poder Judiciário realizou a prova seletiva para ingresso na magistratura catarinense, que compreendeu 100 questões de Direito. Com 2.300 candidatos inscritos, a abstenção alcançou 15%. Com seis horas de duração, a primeira etapa foi realizada no Instituto Estadual de Educação (IEE), no Centro de Florianópolis. Estarão habilitados para participar da próxima etapa

os 150 melhores colocados na prova seletiva, desde que alcancem nota mínima 6,0. São 92 candidatos concorrendo a cada uma das 25 vagas para juiz substituto de 1º Grau em Santa Catarina. O concurso abrange, ainda, as provas técnicas de Direito Penal e Civil, a sindicância (psicotécnico, entrevista e exames médicos), a prova oral, a prova de títulos e o curso de formação e aperfeiçoamento da Academia Judicial.

Campanha de Vacinação 2009



A Diretoria de Saúde do TJ iniciou no dia 27 de abril a campanha de vacinação contra a gripe em todo o Poder Judiciário do Estado. Desembargadores, juízes, servidores ativos efetivos ou comissionados, funcionários de outros órgãos públicos à disposição, militares, terceirizados, bolsistas e estagiários remunerados puderam se prevenir contra a doença. Miriam Regina Fuck, proprietária da Bravacinas Clínica de Vacinação - empresa vencedora da licitação - conta com uma equipe de 20 pessoas, sendo oito enfermeiras e cinco técnicos em enfermagem para o atendimento. A expectativa é que até o final da campanha cerca de 4.200 pessoas sejam vacinadas. Os funcionários do TJ que ainda não se vacinaram terão nova oportunidade nesta quinta-feira (7/05). Até sexta-feira (8/05), último dia da campanha, 54 unidades serão atendidas. O cronograma de vacinação está disponível na seção "Comunicados" do site do TJ.

Perfil: Almir Tadeu Peres



Confraternizar, diz o Aurélio, é o ato de ligar, unir como irmãos, irmanar. Conviver ou tratar fraternalmente ao próximo são sinônimos deste vocábulo, intensamente conjugado por Almir Tadeu Peres, 29 anos de Poder Judiciário, diretor de Documentação e Informações (DDI) e presidente da Associação dos Servidores do TJ (ASTJ), que completa cinco anos consecutivos em 2009. Nascido na Lagoa da Conceição, Leste da Ilha, o manezinho - que na adolescência viveu e estudou nos Estados Unidos da América - valoriza a amizade e

faz o que pode para unir os chegados, que não são poucos. Vida social intensa que, se passa a ideia de descompromisso com os afazeres cotidianos, expressa não mais que um arquétipo equivocados. A atividade extracurricular, por assim dizer, funciona como dínamo para recarregar as baterias. Em oito anos de DDI, Almir e sua equipe criaram 13 Centros de Atendimento e Informações no TJ e comarcas; modernizaram a base de consulta da jurisprudência; implantaram o arquivo central e incentivaram a difusão da memória do Judiciário. Casado e com três filhas, Almir já presidiu a Sociedade Amigos da Lagoa (SAL) durante 10 anos.



Com a esposa Selma e as filhas Caroline, Gabriela e Camilla



Nos EUA: Almir brinca na neve (acima) e em frente a casa onde morou (lado)



Fotos: Arquivo pessoal